EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO TRABALHO DA MM ² VARA DO TRABALHO DE		
(nama aamalata)		
(nacionalidade), (estado civil), (profissão), nascido em		
(dia, mês, ano), portador da cédula de identidade RG nº		
inscrito no CPF/MF sob n° , portador da CTPS n° série $\frac{a}{2}$,		
residente e domiciliado à (endereço completo: rua [av.], nº,		
complemento, bairro, cidade, CEP, UF), por seu Advogado e bastante procurador		
in fine assinado, constituído nos termos do incluso instrumento de mandato		
(doc), vem, respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência,		
propor a presente		
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA		
em face de (razão social completa), inscrita no		
CNPJ sob nº, localizada à (endereço completo: rua [av.],		
nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF), pelos motivos de fato e de direito		
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		

DO CONTRATO DE TRABALHO

O RECLAMANTE foi admitido em (dia, mês e ano) para exercer a função de e em (dia, mês e ano) foi dispensado sem justa causa (doc.....).

Porém, até o momento, apesar de insistentes apelos a RECLAMADA, não efetuou nenhum pagamento referente às verbas rescisórias, valores esses que deverão ser pagos quando da audiência inaugural, sob pena de pagamento em dobro, conforme dispõe o artigo 467 da CLT e sem as demais verbas rescisórias.

I – DA JORNADA DE TRABALHO

O RECLAMANTE cumpriu o seguinte horário de trabalho: (especificar horários), com (.......) hora para almoço e descanso.

II – DA INADIMPLÊNCIA DA RECLAMADA A. DO SALDO DE SALÁRIO

A RECLAMANTE faz jus ao pagamento do saldo de salário equivalente a 19 (dezenove) dias trabalhados no mês de novembro do ano de 2001 e que ainda não lhe foram pagas.

B. DAS FÉRIAS E DA MULTA

A RECLAMANTE faz jus ao pagamento na forma indenizatória do período de férias integrais do período de, na proporção de (..... doze-avos), ambas acrescidas de 1/3 constitucional e da multa do artigo 137 da CLT, e ainda não pagas pela RECLAMADA.

C. DO 13º SALÁRIO

D. DO FGTS E MULTA

A RECLAMADA deixou de efetuar corretamente os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Por não haver recolhido devidamente os valores referentes ao FGTS durante o período do pacto laboral, deverá ser expedido à autoridade competente a determinação para que proceda a expedição da Notificação para Depósito do Fundo de Garantia – NDFG, conforme prevê o artigo 11 da Portaria nº 426, de 29 de junho de 1992.

Deverá, portanto, a RECLAMADA, ser condenada no pagamento dos mesmos, atualizados, e com correção monetária mais multa de 20% (vinte por cento), como também ao pagamento do acréscimo a ser efetuado no montante de 40% (quarenta por cento), conforme dispõe a Lei 8.036/90, em seu artigo 18, § 1º e artigo 22.

E. DO AVISO PRÉVIO

É devido à RECLAMANTE o aviso prévio remunerado de acordo com o § 4º do artigo 487 da CLT.

F. DA MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT

Em virtude da RECLAMANTE não ter dado motivo para a cessação das relações de trabalho, sendo, portanto, dispensada sem justa causa, a mesma tem o direito de haver da RECLAMADA uma indenização, paga na base de maior remuneração que tenha percebido, conforme prevê o dispositivo do § 8º do artigo 477 da CLT.

G. DAS VERBAS RESCISÓRIAS E MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT

Assim, postula a RECLAMANTE, seja CONDENADA A RECLAMADA, quando da audiência inaugural, a efetuar todo o pagamento das verbas rescisórias incontroversas.

DIANTE DO EXPOSTO PLEITEIA:

A – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

I – saldo de salário de () dias	R\$
II – férias integrais de (ano), mais 1/3 constitucional	R\$
III – férias proporcionais (/12), mais 1/3 constitucional	R\$
IV – 13º salário de (ano)	R\$
V – 13º salário proporcional (/12)	.R\$
VI – aviso prévio remunerado	R\$
VII – Fundo de Garantia por tempo de serviço do mês da rescisão	R\$
VIII – multa de 40% do FGTS mais (+) 20% sobre o total	R\$
IX – multa do artigo 477 da CLT	R\$
X – multa do artigo 467 da CLT no que couber	
XI – juros e correção Monetária	R\$

B – DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

I – Fornecimento das devidas guias para levantamento do FGTS

II – Fornecimento das guias referentes ao Seguro Desemprego (CD);

Requer ainda a esse MM Juízo a expedição de ofício à DRT-SP a fim de que sejam apuradas as irregularidades e aplicadas as penalidades cabíveis.

Reitera o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1.060/1950, por ser pessoa economicamente pobre, na acepção jurídica do termo, conforme declaração em anexo (doc....).

Ante todo o exposto, requer a notificação da RECLAMADA para audiência a ser designada por esse MM. Juízo, com o depoimento

pessoal da RECLAMADA por meio de seu representante legal, sob pena de revelia e confissão, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos e que ao final seja julgada *PROCEDENTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO*, condenando-se a RECLAMADA no pagamento do pedido nos exatos termos da exordial, atualizando-se e corrigindo-se todos os valores até a data do efetivo pagamento.

Dá-se à presente o valor de R\$ (valor por extenso).
Termos em que Pede Deferimento.
rede Defenmento.
de de de (local e data).
Advogado (nome) OAB/ nº